

CONSULTORIA EM GESTÃO: ANÁLISE DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RS

LUIS EDUARDO DOS SANTOS CELENTE¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹Universidade Federal de Pelotas – luisecelente@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cossiofatima13@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A alegação de ineficiência do Estado e dos órgãos públicos no âmbito da educação tem tornado-se cada vez mais intensa, notadamente por parte dos defensores do modelo econômico, político e social neoliberal, proporcionando o nicho adequado para a realização de parcerias firmadas entre os setores públicos e instituições privadas, as chamadas parcerias público-privadas, ou PPPs (CÓSSIO, SCHERER, LOPES, 2020, p. 3). Essas PPPs abarcam, via de regra, áreas específicas da educação, tais como a formação de professores, a oferta de sistemas apostilados, a compra de vagas na educação infantil e, o objeto de estudo desta pesquisa, a consultoria em gestão de escolas e/ou de redes – é importante ressaltar que, embora estes sejam os maiores exemplos de PPPs, é possível encontrar outros tipos de parcerias.

As instituições privadas e seus defensores justificam a necessidade dessas PPPs e da adoção da lógica privada a fim de aprimorar a educação pública, trazendo uma administração mais moderna, ou uma Nova Gestão Pública (NGP) – conceito situado, conforme explicitado por Cósio (2018, p. 67)

no cenário das transformações no papel do Estado voltadas ao ajuste estrutural das economias em crise, sobretudo nos países centrais, no final da década de 1970 (ajuste fiscal, privatização, liberalização do comércio, alterações no modo de produção), e à supremacia do princípio do mercado com a inserção do modelo neoliberal. E, em um segundo momento, nos anos 1990, a ênfase da NGP recai nas transformações de caráter institucional (competitividade, concorrência, avaliação por resultados, meritocracia, planejamento estratégico, eficiência, eficácia), especialmente com o enfoque da participação da sociedade civil. Assim, o contexto da NGP comporta e promove uma forma de gestão que, entre outras medidas, adota a celebração de parcerias público-privadas (PPPs) enquanto configuração das políticas públicas, entre as quais inserem-se as de educação.

A promoção de parcerias de órgãos públicos na gestão de redes de ensino (estadual, municipal) ou de escolas públicas específicas com a iniciativa privada, não tem, necessariamente, o objetivo de cobrança de matrículas e mensalidades, tampouco o emprego de capital para a criação de “escolas modelos” – o que criaria, também, uma nova caracterização de privatização, sendo considerada filantropocapitalismo, descrito em Adrião e Borghi (2023, p. 13) – mas, sim, a disseminação das ideias que empregam o ideal de sujeito empreendedor, inovador e consumidor – onde o homem é empreendedor de si, e só não tem resultados positivos, do ponto de vista do sucesso financeiro, aqueles que não querem ou não são capazes (competências e habilidades) de empreender o suficiente para a obtenção de resultados.

Para a compreensão do ideal do homem empreendedor de si, é importante a análise contextual de Socarrás (2008)

uma exigência epistemológica – ideológica e política – que gera uma compreensão muito mais funcional/ajustada da fase do capitalismo avançado e, sobretudo, sintetiza as categorias necessárias para a ideologia neoliberal que lhe permitem absorver e enfrentar analiticamente a maior complexidade sistêmica, a articulação instável e interdependência entre realidades econômicas, políticas e sociais contemporâneas, inexistentes no passado. (SOCARRÁS, 2008, p. 85-86, tradução própria)

Ou seja, o Estado acaba por perder sua centralidade como promotor de políticas sociais, possibilitando que esse “empreendedor”, autônomo em suas escolhas, aprofunde o processo de individualização e, portanto, de responsabilização, afastando-se, igualmente, dos sentidos de coletivo, conforme explica Barbosa (2011, p. 121)

Isso ocorre devido ao fato de que, se por um lado os indivíduos têm sua autonomia ampliada em relação às suas filiações coletivas – dimensão constitutiva da modernidade –, por outro, ocorre um recrudescimento de um tipo de individualização, esta gerada pela perda de referências coletivas, a partir das quais se torna possível a construção de estáveis trajetórias de vida, profissional e/ou pessoal. Tal situação configurou-se como uma decorrência do colapso do compromisso fordista e da crise do Estado do Bem-Estar Social; desde então, deu-se ensejo àquilo que o sociólogo francês Robert Castel chama de processo de desfiliação.

Este trabalho é um recorte da Pesquisa em andamento “Mapeamento das parcerias público-privadas em educação no Estado do RS”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPPE), em colaboração com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), coordenado pela professora Maria de Fátima Cossio, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Tem, portanto, como objetivo, analisar quais foram as PPPs realizadas no eixo de consultoria em gestão e seus resultados, a fim de compreender quais as instituições privadas que atuam de forma mais frequente nos municípios do Estado, quais as suas propostas, e quais os possíveis impactos na qualidade e na gestão democrática da educação básica.

2. METODOLOGIA

Ball (2014) torna possível, através da Etnografia de Rede, a busca e utilização de informações coletadas em ambientes de redes sociais virtuais. Essa abordagem permite mapear os relacionamentos que moldam e influenciam as redes políticas, que, de acordo com o mesmo autor, são consideradas como o “novo social”. Uma rede política é caracterizada pela presença de atores políticos que compartilham interesses econômicos comuns, colaborando entre si para resolver problemas da sociedade e estabelecendo uma nova forma de gestão – a NGP.

Além disto, o presente trabalho tem caráter quali-quantitativo: utilizando-se do banco de dados criado pelo NEPPE como parte da pesquisa, busca-se identificar quantos e quais municípios firmaram PPPs e, dentre eles, quais firmaram parcerias na área de consultoria em gestão. Após o levantamento inicial de dados, busca-se a significância da representação desses municípios em um panorama geral e, na sequência, quais os resultados obtidos por tais PPPs.

Em suma, a metodologia empregada irá utilizar dados previamente obtidos e, através do cruzamento destes, irá analisar quais os municípios que optaram por “terceirizar” a gestão, quais os índices (IDEB) anteriores às PPPs e quais os índices posteriores, levantando hipóteses sobre a real eficácia do setor privado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização deste trabalho, levou-se em consideração os 497 municípios da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – a FAMURS. Dentre estes, a promoção de Parcerias Público-Privadas ocorreu em 235 municípios – 47,3% da totalidade. Já na área de Consultoria em Gestão, especificamente, as PPPs aparecem em 29 municípios, representando cerca de 5,8% do Estado.

Ainda que aparente baixa representatividade, estes 29 municípios, juntos, firmaram 41 contratos e/ou convênios – liderando está Frederico Westphalen, com 4 PPPs, seguido por Alto Alegre e Manoel Viana, com 3.

No ano de 2017, início da gestão de José Alberto Panosso (MDB) na cidade de Frederico Westphalen, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos anos finais do ensino fundamental da educação pública estava em 5,0 – média calculada para estabelecimentos de ensino do município (4,1) e do estado (5,2). Ao final da sua gestão, no ano de 2021, o município apresentava um IDEB de 5,1 – 4,5 para o município e 5,5 para o estado.

A primeira ação realizada no município foi protagonizada pela empresa “Buscar Assessoria LTDA” – Programa de Educação Fiscal, voltada para os coordenadores pedagógicos em uma ação pontual. Na sequência, uma quinzena após este encontro, ocorreu outra ação onde o assessor do ente privado reuniu-se com diretores, coordenadores pedagógicos, alunos e professores para dar prosseguimento no Programa de Educação Fiscal.

Outro parceiro do município foi o SICREDI, com o programa A União Faz a Vida, em 2018, que reuniu-se com a direção das escolas e da SMEC para “vivenciar a história do cooperativismo” e “alinhar o conhecimento ao cooperativismo escolar”.

O município de Alto Alegre, governado por Gilmar Tonello (PDT) no período de 2017 – 2020, apresentava um IDEB de 5,2 – o município só conta com dois estabelecimentos de ensino, ambos estaduais. No final do governo, em 2021, o município tinha um IDEB de 5,9.

Manoel Viana, durante a gestão de Jorge Gustavo Costa Medeiros (PDT), permaneceu em 4,6 (3,9 do município e 4,9 do estado, em 2017; 4,0 do município e 4,8 do estado, em 2021).

Tomou-se como referência inicial os indicadores do IDEB, principal justificativa para as parcerias. Entretanto, para atingir aos objetivos da pesquisa, na próxima etapa serão aprofundadas as análises dos indicadores de gestão democrática em cada um dos municípios em que as PPPs foram firmadas, verificando quais os impactos na materialização dos Planos Municipais de Educação, nos Projetos Políticos-Pedagógicos, e nos demais mecanismos de participação.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa em andamento pelo NEPPE, que visa constituir um banco de dados sobre as PPPs nos municípios do Estado do RS, permite, com os dados já

coletados, inferir o adensamento das relações entre o público e o privado em várias áreas. No que se refere à Consultoria em Gestão, um dos eixos da pesquisa e objeto deste trabalho, identificou-se que 5,8% dos municípios do Estado firmaram parcerias com diversas e diferentes instituições privadas, em sua maioria caracterizadas como sem fins lucrativos, com o objetivo de melhorar os indicadores educacionais. Na primeira etapa desta pesquisa, além de identificar quais os municípios têm parcerias, quais as instituições que ofertam as consultorias em gestão, verificaram-se os resultados do IDEB e o grupo político que estava no poder no período de 2017 a 2020. Na segunda etapa da pesquisa serão aprofundadas as análises em relação aos impactos das consultorias na gestão democrática das redes e escolas desses municípios. Nesse sentido, pretende-se, por fim, investigar quais as repercussões das PPPs nos sentidos públicos da educação básica no Estado do RS.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. M. F.; BORGHI, R. F. Filantropia de risco nas redes estaduais de ensino brasileiras: Análise das influências do Instituto Ayrton Senna. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, 2023. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16940/16001>.

BALL, S. J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG. 2014.

BARBOSA, A. M. S. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 38, p. 121 - 140, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100008>.

CÓSSIO, M. F. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Revista Educação**, v. 41, p. 66 - 73, 2018. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/29528/16848>.

CÓSSIO, M. F.; SCHERER, S. S.; LOPES, D. O. As parcerias público-privadas em educação e as redes de políticas: um estudo sobre uma consultoria em gestão escolar. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 4, p. 1 - 18, out. - dez. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/66750/45222>.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas**. Bogotá: Universidad Federal de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. 2008. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Argentina/fisyp/20120504070044/Nu_gram_neo.pdf